

DE ONDE VEM A CRISE

A economia brasileira mergulhou em profunda recessão e o desemprego vai continuar em 2016 e 2017. Associada à crise política, é algo, além de espantoso, inédito nos últimos 50 anos.

A crise vem, basicamente, dos erros de intromissão na administração da Petrobras, como a falsa capitalização da empresa com inexistentes 5 bilhões de barris do pré-sal, seguido do reforço do monopólio que afastou novos investidores e do controle de preços de venda, para segurar a inflação. Além desses erros, surgiu a operação lava-jato, desvendando o maior esquema mundial de corrupção, ultimado por uma quadrilha de ladrões, direta ou indiretamente ligada ao Governo.

Paralelamente, a política econômica tomou os rumos heterodoxos traçados pelo Ministério da Fazenda (Guido Mantega, Arno Augustin e Nelson Barbosa) na “Nova Matriz Macroeconômica”, que se propunha a promover o crescimento econômico a partir de fortes estímulos ao consumo, amparados por subsídios fiscais e exagerada expansão do crédito nos bancos públicos (CEF, BB, BNDES).

A desestruturação da Petrobras provocou uma reação em cadeia, que atingiu centenas de empresas, principalmente nas indústrias naval, siderúrgica e construção civil, com a demissão de dezenas de milhares de trabalhadores.

Não é verdade que a crise tenha sido provocada por fatores externos, mas é evidente que houve algum impacto da queda dos preços das *commodities* de exportação, como soja e

minério de ferro, razão principal da retração de 15% das exportações brasileiras.

Para 2016, as previsões da CNC e do mercado são de recessão continuada de 3,0% do PIB (-3,6% em 2015), queda de 5,6% na produção industrial, espantoso crescimento do déficit fiscal e da dívida pública (cerca de 70% do PIB), inflação de cerca de 7% e taxa de desemprego entre 10% e 12%.

PARA SAIR DA CRISE

Depois que a moeda tradicional perdeu a liderança como meio de pagamento, - a partir da década de 60, no século XX – o crédito assumiu a função de regulador da liquidez que condiciona as atividades econômicas. Mais crédito significa mais liquidez, maior estímulo ao consumo e aos investimentos. Também pode significar mais inflação.

Nas recessões econômicas, um dos caminhos para sair da crise é a expansão do crédito (como era, antigamente, a expansão da moeda). A retração do crédito em 2015, com expansão da taxa de inflação, evidentemente está puxando a atividade econômica para baixo. Logo, seria uma solução correta, estimular o sistema bancário - particular e público – a emprestar mais.

O novo Ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, anunciou sua receita para sair as crise:

“Há liquidez nos agentes financeiros públicos (CEF, BB, BNDES) e no FGTS que pode ser utilizada para expandir o crédito em

atividades prioritárias, como infraestrutura, habitação, saneamento e capital de giro da pequena e média empresa. É o que vamos fazer.”

Segundo consta, a nova estratégia é que não usaria mais dinheiro do Tesouro para oferecer crédito barato. O Programa de Sustentação do Investimento (PSI) do BNDES, com taxas subsidiadas, foi extinto. Os bancos públicos estão mais líquidos, com o reembolso das “pedaladas”, no montante de R\$49,74 bilhões.

Por outro lado, há bastantes projetos no campo da infraestrutura – portos, rodovias, ferrovias e energia elétrica – que poderão ser viabilizados com esses recursos, em parceria com o setor privado. A ver.

CONTRABANDO LEGAL

Está para acontecer um duro golpe no comércio legal e na produção nacional, com a aprovação do Projeto

de Lei do Senado nº 355/2012, que autoriza a abertura de 28 lojas francas (*free shops*) na região fronteira-sul do Brasil, uma espécie de legalização do contrabando.

Segundo consta, o contrabando de mercadorias vindas do Paraguai praticamente triplicou, nos últimos 15 anos. Milhares de pessoas, automóveis, ônibus e até caminhões percorrem, todos os dias, a Ponte Internacional da Amizade, que liga o Brasil ao Paraguai. São mercadorias, principalmente de origem chinesa, entradas pelo Porto de Paranaguá, com destino ao Paraguai e que, em seguida, retornam ao Brasil, livre de qualquer imposto, em uma concorrência desleal e absurda à produção nacional.

É esse tipo de comércio que está para ser legalizado, com a aprovação iminente do PL nº 6.238/2012, em fase final de tramitação na Câmara dos Deputados.

A QUESTÃO FISCAL

A atual crise fiscal pode ser vista em perspectiva, no período 2013 a 2016, a partir da persistência do déficit fiscal nominal e da crescente expansão da dívida bruta do Governo. A dívida em relação ao PIB, que era de 51,7% no final de 2013, subiu a 57,2% em 2014, 65,1% e caminha para 70% em 2016.

R\$ milhões	2013	2014	2015 *	2016 **
Resultado Primário - Setor público consolidado	91.306,1	-32.535,9	-52.414,4	-36.000,0
Juros Nominais - Setor público consolidado	248.855,7	311.380,4	496.900,8	443.680,0
Resultado Nominal - Setor público consolidado	-157.549,6	-343.916,3	-549.315,2	-479.680,0
Dívida Bruta do Governo Geral	2.747.996,7	3.252.448,6	3.844.680,9	-
% PIB	2013	2014	2015 *	2016 **
Resultado Primário - Setor público consolidado	1,7	-0,6	-0,9	-0,6
Juros Nominais - Setor público consolidado	4,7	5,5	8,4	7,4
Resultado Nominal - Setor público consolidado	-3,0	-6,1	-9,3	-8,0
Dívida Bruta do Governo Geral	51,7	57,2	65,1	-

* Dados acumulados em 12 meses até novembro

** Projeções do Bradesco

Fonte: Banco Central do Brasil e Banco Bradesco

Projeção do PIB

Itens	Participação Relativa PIB	2015 *	2016 *		
			Mercado	BC	CNC
Indústria	24,3%	-5,2%	-4,1%	-3,9%	-5,6%
Agropecuária	9,7%	2,0%	1,8%	0,5%	0,5%
Serviços	65,9%	-2,3%	-2,5%	-1,2%	-2,5%
Comércio	10,5%	-8,0%	-3,0%	-3,3%	-3,7%
Total PIB	100,0%	-3,5%	-3,0%	-1,9%	-3,0%
Consumo das famílias	63,3%	-3,6%	-3,0%	-2,0%	-3,6%
Consumo do governo	19,5%	-1,5%	-1,0%	0,4%	-1,3%
Formação bruta de capital fixo	18,7%	-12,0%	-10,0%	-9,5%	-10,3%
Exportação	12,7%	-14,3%	3,0%	2,0%	1,7%
Importação (-)	14,3%	-22,0%	-9,0%	-11,0%	-8,7%
Total PIB	100,0%	-3,5%	-3,0%	-1,9%	-3,0%

* Projeções

Fonte: IBGE, BC, Bradesco, FGV, CNC

13/01/2016

ATIVIDADES ECONÔMICAS

Em novembro. O índice de atividades do Banco Central (IBC-Br) caiu 0,8% ante outubro, com destaque para a indústria, que caiu 2,4%. De janeiro a novembro a queda foi de 3,88%. O Bank of America estima que o PIB brasileiro em 2015 tenha caído 3,8% e que em 2016 deverá cair 3,5%. O clima de incertezas e a falta de confiança permanecem, agora, agravados com a deterioração do mercado internacional. A crise da Petrobras se reflete em todo o setor industrial; a empresa cortou US\$ 32 bilhões no programa de investimentos até 2019. No mercado imobiliário, de cada 100 imóveis vendidos, 41 foram devolvidos às construtoras.

Indústria

A indústria apresenta o pior de todos os cenários. Em 2015, de janeiro a novembro, registrou queda de 7,7%, com destaque para bens de

capital (-25,1%) e bens de consumo duráveis (-18,3%). No ano, a produção da indústria automobilística regrediu 22,8%, o licenciamento caiu 26,6% e a produção de máquinas agrícolas e rodoviárias caiu 34,5%. Segundo a Abramet, a produção de máquinas caiu 12,6% em 2015 e deverá cair 4,5% neste ano. As vendas do setor siderúrgico caíram 16,3% em 2015 e o IABr prevê queda de 4% neste ano.

O emprego industrial e as horas trabalhadas recuaram entre outubro e novembro.

A produção industrial caiu em 9 das 14 regiões pesquisadas pelo IBGE, com destaque para Espírito Santo (-11,1%), Ceará (-4,5%), Minas Gerais (-4,0%), São Paulo (-2,6%) e Nordeste (-2,8%). As vendas de **papelão ondulado** subiram 3% em dezembro, sobre dezembro/14, mas caíram 3% no acumulado do ano (ABPO).

O Governo está programando importante expansão de crédito dos

bancos oficiais para impulsionar o mercado.

Comércio

As vendas do comércio varejista subiram 1,5% em novembro sobre outubro, mas registraram recuo de 7,8% ante novembro/14. No varejo ampliado, a queda foi de 13,2%. Nos supermercados, as vendas caíram 5,7%. Segundo a CNC, a queda pode chegar a 4% em 2016.

O comércio eletrônico (*e-bit*) teve aumento de 4,7% em 2015, mas esse foi o pior resultado desde 1999. O volume do setor de serviços registrou queda de 6,3% em novembro, ante novembro/14. As vendas de computadores, com queda de 10,4%, teve o pior resultado desde 2008. O consumo de combustíveis caiu 3% em 2015.

Agricultura

Segundo o IBGE, a safra de grãos em 2016 deverá chegar a 210,7 milhões de toneladas, 0,5% superior à safra anterior. Para a **Conab**, as chuvas vão prejudicar a colheita em Mato Grosso. Estima-se que haverá queda na produção de **algodão, arroz e milho**.

Na balança comercial, o saldo do agronegócio vai atingir US\$75,1 bilhões, 6,22% abaixo de 2014. As exportações de café verde atingiram 33 milhões de sacas, mas as exportações de café torrado caíram, com aumento das importações.

As fortes chuvas estão prejudicando a agricultura em São Paulo e nos Estados do Sul, inclusive Mato Grosso do Sul. O Banco do Brasil dispõe de linha de crédito de R\$10 bilhões para atender a agropecuária, mas a demanda registrou alguma retração.

Mercado de Trabalho

Segundo a PNAD contínua do IBGE, entre agosto e outubro de 2015, a taxa de desemprego subiu de 8,6% para 9,0%. No mesmo período de 2014, a taxa estava em 6,6%.

O medo de perder o emprego cresceu 36,8% entre dezembro/14 e dezembro/15 (CNI). O Governo elevou o seguro-desemprego de R\$1.385,91 para R\$1.542,24.

Setor Financeiro

O volume de empréstimos do sistema financeiro continua em queda, com efeitos restritivos sobre as atividades econômicas, o que está induzindo o Governo a voltar a expandir o crédito, a começar pelos bancos públicos, **sem subsídios**.

Segundo a ANBIMA, as captações das empresas brasileiras em 2015 chegaram a R\$124,8 bilhões, menos 38% que em 2014. As captações no mercado externo somaram US\$8,1 bilhões, contra US\$45,5 bilhões em 2014. O BNDES prevê queda de 25% em crédito para mobilidade urbana, em 2016.

O pagamento do 13º salário fez com que o saldo das cadernetas de poupança subissem R\$4,8 bilhões em dezembro, mas no ano passado houve queda de R\$53,6 bilhões, o pior resultado em 20 anos. O financiamento de veículos caiu 16,9%.

Inflação

A inflação medida pelos preços no varejo caiu em dezembro ante novembro, mas continuou acima dos meses de agosto a outubro. O IPCA-IBGE, índice oficial, chegou a 10,67% no ano, ante 6,41% em 2014. No setor atacadista, porém, o resultado foi de queda, ante setembro/novembro. O IGP-DI/FGV caiu de 1,19% para 0,44%

em dezembro, e o IGPM-FGV de 1,52% para 0,49%.

Os alimentos e a energia elétrica subiram mais de 50% em 2015. Os gastos com educação subiram 9,25%, os planos de saúde 12,15% e transportes 10,16%. O cafezinho aumentou 15,7%. A cesta básica do DIEESE teve alta recorde em 2015, com destaque para Salvador (+23,67%), Manaus (+11,41%) e Goiânia (+11,51%). Os preços industriais caíram 0,28% entre outubro e novembro, mas no ano subiram 9,35%. Em São Paulo, a FIPE registrou alta de 0,88% na 1ª quadrissemana de janeiro/16 e o IGP-10/FGV subiu 0,69%.

Setor Público

O Governo central – União, Estados e Municípios – não conseguiu um mínimo de superávit primário para pagar os juros da dívida em 2015, pelo contrário, teve um déficit de R\$52,4 bilhões, com o que o déficit nominal fechou em R\$549,3 bilhões, elevando a dívida a R\$3.844,7 bilhões (65,1% do PIB). Em 2016, não vai ser diferente: os juros vão continuar altos e a dívida caminhando para 70%.

Segundo o deputado-relator do Orçamento da União 2016, o Governo vai ter que decretar um contingenciamento preventivo de 1/12 avos, cerca de R\$100 bilhões, para conseguir manter a meta de 0,5% de superávit primário.

O Ministro da Fazenda vai começar o ano pagando R\$52 bilhões das “pedaladas”, dos quais R\$30 bilhões irão para o BNDES. A ideia é promover uma expansão de crédito nos bancos públicos, para estimular o crescimento econômico. Na área dos Estados e Municípios, a orientação é aumentar os impostos, a começar pelo ICMS, com o que vai se pressionar a inflação.

A arrecadação dos *royalties* do petróleo em 2015, de R\$13,9 bilhões, representou uma queda de 25%, em relação a 2014. A Emenda Constitucional nº 87/2015 vai transferir, gradualmente, para os Estados de destino, a arrecadação do ICMS nas vendas do comércio eletrônico.

Setor Externo

A balança comercial brasileira fechou 2015 com uma queda trágica de 15,09% das exportações e de 25,18% (!) das importações, registrando superávit de US\$19,7 bilhões. Caíram 12,3% as exportações para a China, 10,9% para os Estados Unidos, 10,38% para Argentina, 22,95% para Holanda, 21,92% para a Alemanha e 27,89% para o Japão. Caíram 9,85% as exportações de soja, 45,48% de minério de ferro, 27,97% de petróleo e derivados. Para segurar a desvalorização R\$/US\$, em operações de **Swap's**, o Banco Central perdeu R\$89,7 bilhões em 2015 e R\$15,9 bilhões em janeiro/16. O Governo Dilma sancionou a lei de repatriação de recursos no exterior, com o que se espera arrecadar entre R\$100 bilhões e R\$150 bilhões.

No cenário internacional, predominam as preocupações com a perda de dinamismo na China e a impressionante queda dos preços do petróleo.

Nos Estados Unidos, a situação do emprego permanece estável. Na Alemanha, registrou-se aumento de 1,7% do PIB, em 2015.